

Foi nomeado director de serviços do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 18 de Janeiro de 1991, com a coordenação da área de investimentos desse Ministério inscritos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC);

Foi nomeado coordenador de núcleo do Departamento de Programação e Gestão Financeira do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 3 de Maio de 1993, com a coordenação da preparação e o acompanhamento da avaliação do PIDDAC do Ministério da Educação, isto é, da aplicação dos recursos financeiros em programas de investimento. Este núcleo também tinha como áreas de actividade a análise dos impactes do investimento no sector educativo e o apoio técnico no planeamento, na coordenação e na avaliação das actividades dos serviços do Ministério da Educação;

Foi nomeado director de serviços de investimentos e dos custos da educação do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 5 de Março de 1997, com as mesmas funções de coordenador de núcleo referidas anteriormente;

Foi nomeado adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas, em regime de requisição, em 28 de Abril de 1997, com tarefas relacionadas com o acompanhamento económico e financeiro dos organismos e empresas dependentes dessa Secretaria de Estado, a Junta Autónoma de Estradas, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, a JAE — Construção, S. A., e a BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A. (tendo participado nas negociações para a revisão do contrato de concessão), e a preparação dos planos de desenvolvimento referentes às infra-estruturas rodoviárias;

Foi nomeado director-adjunto, equiparado a subdirector-geral, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, em comissão de serviço, em 28 de Maio de 1998, com a coordenação e a gestão do Departamento, em conjunto com o director, tendo à sua responsabilidade directa, de entre outros, os assuntos relativos à gestão de recursos humanos e financeiros do Departamento, ao apetrechamento informático dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e a coordenação da Rede Nacional Eurydice;

Foi nomeado secretário, equiparado a director de serviços, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em comissão de serviço, em 19 de Fevereiro de 2003, com a coordenação das actividades de gestão administrativa e financeira da Faculdade, na dependência directa do director. Pertenceu aos conselhos directivo e administrativo da Faculdade. Coordenou as divisões dos recursos financeiros, dos recursos humanos, académica e de logística e conservação, que ficaram directamente dependentes de si, após a reestruturação de serviços que foi efectuada;

Regressou ao seu serviço de origem em 6 de Fevereiro de 2006, desempenhando funções na Direcção de Serviços do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, com a categoria de assessor principal, tendo colaborado na elaboração do “Painel de Indicadores de Acompanhamento e Avaliação” que estabeleceu uma proposta de indicadores de realização, de resultado e de impacto dos Programas e Medidas Orçamentais das despesas de investimento e desenvolvimento, tendo elaborado o painel de indicadores dos sectores P2 — Investigação Científica e Tecnológica e P8 — Justiça;

Foi nomeado controlador financeiro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 28 de Março de 2006, pelo período de um ano, com renovação em 2007 e 2008, com a missão fundamental de melhorar o controlo da execução orçamental com vista a garantir a satisfação do princípio da economia, eficácia e eficiência na utilização dos fundos públicos.

#### Habilitações profissionais:

Participação em numerosos cursos e acções de formação profissional em Portugal e em várias reuniões e acções de formação profissional no estrangeiro;

Foi orador e ou monitor em algumas acções de formação profissional e apresentou algumas comunicações e alguns artigos;

Foi nomeado oficialmente representante do Departamento Central de Planeamento, do Departamento de Gestão e Programação Financeira, da Secretaria e Estado das Obras Públicas e do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento em diversas comissões, grupos de trabalho e unidades de gestão de programas comunitários dos Quadros Comunitários de Apoio I, II, e III;

Foi membro dos conselhos administrativos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, de 18 de Janeiro de 1991 a 30 de Abril de 1993, do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, de 28 de Maio de 1998 a 16 de Fevereiro de 2003, e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Uni-

versidade Nova de Lisboa, de 19 de Fevereiro de 2003 a 5 de Fevereiro de 2006 e participou em numerosos júris de concursos de pessoal da Administração Pública.

201854393

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Secretaria-Geral

#### Departamento Geral de Administração

#### Despacho (extracto) n.º 13030/2009

Para cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público, que por despacho de 26 de Fevereiro de 2009, na sequência de Concurso interno de acesso misto (quota externa), para a categoria de Assistentes Administrativos Principais para Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo Aviso n.º 27 877/2008, publicado no *Diário da República* n.º 227 de 21 de Novembro de 2008, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Dezembro de 2008 e após obtenção da confirmação da cabimentação orçamental foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 09 de Março de 2009, com:

Eduardo Alexandre Pontes Silva Cruz — Integrado no nível remuneratório 222 e na 1.ª posição remuneratória a que corresponde o vencimento de 762,08 €.

6 de Maio de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

201855308

#### Despacho (extracto) n.º 13031/2009

Para cumprimento do disposto na alínea *b*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro torna-se público, que por despacho de 16 de Fevereiro de 2009, na sequência de Concurso interno de acesso misto (quota externa), para a categoria de Assistentes Administrativos Principais para Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo aviso n.º 27 877/2008, publicado no *Diário da República* n.º 227 de 21 de Novembro de 2008, cuja lista de classificação final foi homologada em 31 de Dezembro de 2008 e após obtenção da confirmação da cabimentação orçamental foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas sujeito a período experimental, com a duração máxima permitida pelo disposto no artigo 76.º do RCTFP, com efeitos a partir de 23 de Fevereiro de 2009, com:

Patrícia de Jesus Carvalho Poeiras — Integrada no nível remuneratório 233 e na 2.ª posição remuneratória a que corresponde o vencimento de € 799,84.

6 de Maio de 2009. — O Director, *Francisco Guerra Tavares*.

201855462

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 13032/2009

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na nota curricular publicada em anexo ao presente despacho, nomeio, em comissão de serviço, a mestre Maria Eugénia Melo de Almeida Pires para exercer funções de subdirectora-geral do Orçamento.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 2009, inclusive.

21 de Maio de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

## ANEXO

**Nota curricular**

## Dados biográficos:

Nome — Maria Eugénia Melo Almeida Pires;  
Data de nascimento/naturalidade — 11 de Junho de 1951, Lisboa.

## Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia, Universidade de Lisboa, 1973 (classificação final de 14 valores);  
Mestrado em Economia Financeira, Universidade de Londres (classificação final de *Muito bom com distinção*).

Situação profissional actual — Adjunta do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (desde Junho de 2007).

## Situações profissionais anteriores:

Subdirectora-geral de Estudos e Previsão (Maio de 2004-Maio de 2007);

Directora de serviços, em regime de substituição, de Estudos Monetários e Financeiros da Direcção-Geral de Estudos e Previsão do Ministério das Finanças;

Técnica economista assessora na Direcção-Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças (2000-2001);

Macroeconomista no Programa de Gestão Económica, projecto das Nações Unidas executado pelo Governo de Moçambique (1996-2000);

Chefe de projecto, macroeconomista assessora do projecto das Nações Unidas «Support to Economic Policy Formulation and Planning» na Comissão Nacional do Plano — Ministério do Plano, Moçambique (1988-1995);

Técnica assessora no Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças (1986-1987);

Directora de serviços do Departamento de Conjuntura do Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento (1983-1986);

Técnica e técnica superior principal no Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento, Portugal (1974-1982).

## Actividade docente:

Tutora do curso Macroeconomic Models and Policies do Msc in Financial Economics da University of London (1993);

Docente da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo; curso de um ano de Planeamento — Teorias e Técnicas;

Docente e coordenadora do curso de Teoria e Métodos de Planeamento II no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa;

Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa em diferentes cursos (Teoria e Técnicas de Planeamento I, Economia Política, Economia Portuguesa e Teoria Macroeconómica).

201849193

**Serviços Sociais da Administração Pública****Aviso n.º 10441/2009****Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de assistente técnico da carreira geral de assistente técnico**

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Maio de 2009, se procede à abertura do procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, para ocupação de 1 (um) posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, do Mapa de Pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, SSAP.

Não foi efectuada consulta prévia à ECCRC, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da referida Portaria, uma vez que, não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

## 1 — Caracterização do posto de trabalho

Posto de trabalho para a Direcção de Serviços de Apoio à Gestão/Secção de Pessoal e Expediente.

Executar todos os actos relativos à gestão de pessoal, designadamente os procedimentos administrativos inerentes à constituição, modificação

e extinção da relação jurídica de emprego e o processamento das remunerações e outros abonos do pessoal dos SSAP.

Emissão de declarações para efeitos de concursos, elaboração de termos de decação e termos de posse. Emissão de cartões de funcionário; Instrução dos processos de aposentação e dos pedidos de contagem de tempo de serviço.

## 2 — Local de trabalho

Rua da Saraiva de Carvalho, n.º 2, 1269-096 Lisboa

3 — Legislação aplicável — Rege-se pelas disposições contidas na Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

## 4 — Requisitos de admissão

Para além dos requisitos necessários à constituição da relação jurídica de emprego público constantes do artigo 8.º da LVCR e existência de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, previamente estabelecido na modalidade de contrato, os candidatos deverão possuir ainda:

- a) Preferencialmente o 12.º Ano de Escolaridade ou equivalente;
- b) Experiência comprovada na área de actividade indicada em 1;
- c) Conhecimentos de informática para utilização corrente.

## 5 — Métodos de selecção

5.1 — Os candidatos que cumulativamente sejam titulares da mesma categoria e, se colocados em situação de mobilidade especial exerceram, por último, actividades idênticas às publicitadas ou, com relação jurídica por tempo indeterminado, que exercem actividades idênticas às publicitadas, realizarão os seguintes métodos de selecção eliminatórios de *per si*, excepto se tal facto foi afastado, por escrito:

- a) Avaliação Curricular, a qual visa analisar a qualificação dos candidatos, nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR; e,
- b) Entrevista de avaliação de competências.

5.2 — Os candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a executarem actividades diferentes das publicitadas, realizarão os seguintes métodos de selecção eliminatórios de *per si*:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação psicológica que comportará duas fases, igualmente eliminatórias;
- c) Entrevista profissional de selecção.

5.3 — A prova de conhecimentos, assumirá a forma escrita incidindo sobre conhecimentos de natureza teórica, com a duração máxima de 45 minutos e incidirá sobre as seguintes temáticas:

- a) Conhecimentos gerais sobre legislação dos Serviços Sociais da Administração Pública, Lei Orgânica e Regulamentos dos SSAP;
- b) Conhecimentos gerais sobre legislação actual.

5.4 — As ponderações a utilizar para cada método de selecção são as seguintes:

Para os candidatos referidos no ponto 5.1:

- a) Avaliação curricular — 60 %;
- b) Entrevista de avaliação de competências — 40 %.

Para os candidatos referidos no ponto 5.2:

- a) Prova de conhecimentos/Avaliação curricular — 55 %;
- b) Avaliação Psicológica/Entrevista de avaliação de competências — 35 %.
- c) Entrevista Profissional de Selecção — 10 %

5.5 — Os parâmetros de avaliação de cada um dos métodos de selecção e a respectiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constam de actas de reuniões do júri do procedimento sendo as mesmas facultadas aos concorrentes sempre que solicitadas.

5.6 — A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando-se excluído o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos, bem como nas fases que o comportem e na classificação final.

5.7 — Dado que este procedimento concursal comum reveste natureza urgente a utilização dos métodos de selecção será feita de uma forma faseada, nos termos do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.